

# PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: O REFLEXO DAS DESIGUALDADES E AS DIFICULDADES EDUCACIONAIS DA JUVENTUDE POBRE NEGRA NO BRASIL

## CORONAVIRUS PANDEMIC: THE REFLECTION OF INEQUALITIES AND EDUCATIONAL DIFFICULTIES OF POOR BLACK YOUTH IN BRAZIL

Suellen Stéfani Felício Lourenço **1**


Lílian Perdigão Caixêta Reis **2**

**Resumo:** Este artigo teve como objetivo refletir sobre como a pandemia do coronavírus, SARS-CoV-2, tem afetado a população negra em geral, buscando, especificamente, discutir sobre as diferentes desigualdades existentes para os jovens negros no Brasil. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica temática buscando artigos, livros, dissertações e teses, no que se refere a mudanças sociais provocadas pelo vírus no Brasil, o que afeta a educação brasileira, especialmente para estudantes negros pobres. Dessa forma, observou-se que o Brasil ainda tem muitos desafios para minimizar o impacto da pandemia à população negra (desprovida de recursos necessários para o enfrentamento da doença), tendo atenção também para a precariedade do ensino aos jovens negros durante este cenário.

**Palavras-chave:** Racismo. Desigualdade Racial. Desigualdade Social.

**Abstract:** This article aimed to reflect on how the coronavirus pandemic, SARS-CoV-2, has affected the black population in general, aiming, specifically, to discuss different inequalities already existing for black youth in Brazil. For this, a thematic literature review was carried out seeking articles, books, dissertations and theses, with regard to social changes caused by the virus in Brazil, which affects Brazilian education, especially for poor black students. Thus, it was observed that Brazil still has many challenges to minimize the impact of the pandemic on the black population (devoid of the necessary resources to cope with the disease), also paying attention to the precariousness of teaching black youth during this scenario.

**Keywords:** Racism. Racial Inequality. Social Inequality.

- 
- 1** Mestra em Letras pelo Programa de Pós-graduação em Letras (PPGLET/UFV) — Área de concentração: Estudos Linguísticos, Linha de Pesquisa: Estudos do Texto e do Discurso, Bolsista CAPES (Código de financiamento 001). Bacharela em Secretariado Executivo Trilíngue pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2458338443815101>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2333-0590>. E-mail: [suellen.lourenco@ufv.br](mailto:suellen.lourenco@ufv.br)
  - 2** Doutora em Psicologia pela UFBA. Professora associada do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e professora no Programa de Pós-graduação de Economia Doméstica (UFV). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2710436780723053>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6827-871X>. E-mail: [lilian.perdigao@ufv.br](mailto:lilian.perdigao@ufv.br)
- 

## Introdução

Com relação aos jovens negros, a pandemia reflete as diversas dificuldades enfrentadas por este grupo, sendo que um destes problemas é em relação à educação destes jovens. Weller e Silveira (2008) mencionam que apesar da expansão e da melhoria das redes de ensino, crianças e jovens negros, juntamente com suas famílias, não são beneficiados por essas melhorias. Dessa forma, esta situação reflete a desigualdade social existente nas periferias e no interior dos Estados. Em momentos agudos de crise pode-se perceber que se está longe a possibilidade de erradicar a pobreza (GARCIA; YANNOULAS, 2017).

Conforme aponta Jesus *et al* (2020), os primeiros casos do coronavírus no Brasil foram confirmados em fevereiro de 2020, através de pessoas que vieram de outros países, tais como China, Espanha, Estados Unidos e Itália. Diante dessa nova situação, outras questões passaram a ser discutidas como a educação dos jovens negros de baixa renda durante este período e as fragilidades da população negra em relação ao vírus.

De acordo com Catão (2020), vem sendo notável as consequências decorrentes da Covid-19 no mundo, o que se configura nos campos econômico, social, urbano e político, sendo necessária a devida atenção aos grupos sociais que lidam com a vulnerabilidade econômica, o que inclui os trabalhadores informais. Para Souza *et al.* (2020), a distância e o isolamento, apesar de serem medidas necessárias para a contenção do vírus, passaram a preocupar porque são providências integrantes da vulnerabilidade estrutural que afeta as comunidades. Sendo assim, para os autores, as dimensões sociais e políticas da pandemia precisam integralizar e ampliar a promoção da saúde, sobretudo, a pública. Desse modo,

Há a necessidade da melhoria do acesso à saúde, bem como políticas públicas voltadas às populações mais vulneráveis, que são na sua maioria de baixa renda, uma vez que o combate a essa pandemia pode ser considerado um dos maiores desafios enfrentados pelo governo e a sociedade na atualidade [...] a importância da atuação dos arranjos institucionais do Estado brasileiro [...] incluem as instituições públicas e seus programas de distribuição de renda, como suportes essenciais para o enfrentamento da Covid-19, a despeito do paradoxo vivido pelo governo, que fomenta uma política neoliberal, com menos participação da máquina pública nos processos econômicos e sociais (JESUS *et al.*, 2020, p.49).

Aliado à vulnerabilidade social da população negra, o racismo também tem sido um problema refletido pela pandemia. Cabe lembrar que o Brasil é um país marcado pelo racismo estrutural, mas diante da pandemia essa questão promove outras reflexões. Para Goes, Ramos e Ferreira (2020), a principal medida adotada pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020), que é o distanciamento social, não é um privilégio de todos, principalmente para a população negra (o que abarca os jovens negros), pois a maioria ocupa trabalhos informais relacionados ao serviço doméstico, ao transporte e ao comércio, empregos que se mantiveram ativos mesmo durante a pandemia.

Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo é analisar como a pandemia tem refletido as diferentes desigualdades (principalmente a desigualdade racial) em relação à população negra (o que abarca os jovens negros) e tem como especificidade, discutir os obstáculos enfrentados pelos jovens negros no contexto educacional durante a pandemia. Cabe ressaltar que estes problemas já fazem parte do cotidiano destes jovens e que a pandemia apenas reflete a desigualdade educacional existente para este grupo no Brasil.

## Metodologia

Para a obtenção dos dados foi utilizada a pesquisa bibliográfica que é um “apanhado

geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.158). Foi realizada uma revisão bibliográfica temática na área da saúde, educação e ciências sociais. As reflexões foram desenvolvidas a partir de artigos, de livros, de dissertações e de teses, sendo a maior parte dos materiais coletados entre os anos de 2014 e 2020.

Para os artigos, foi realizada uma busca na base de dados *Scielo*, utilizando palavras-chave como “desigualdade e juventude; “juventude negra; juventude pobre e desigualdade social; e “jovens negros”. Foram encontrados um total de 60 artigos, concentrados na área de Educação, Ciências Sociais e Saúde. No entanto, foram utilizados somente aqueles que se relacionam com a discussão proposta pelo artigo. Para os livros, foi realizada uma busca na biblioteca virtual da Universidade Federal de Viçosa (Minas Gerais), sendo encontrados dois materiais relacionados à área da Educação com foco nos estudos sobre o racismo no ambiente escolar.

Para as dissertações e teses, foi utilizado o portal da *Capes* com o termo de busca “desigualdade e juventude”, sendo encontrados 20 materiais na primeira página de busca. Apenas uma tese estava relacionada à juventude negra, a qual menciona a desigualdade no sistema educacional brasileiro. A coleta dos materiais permitiu refletir sobre os impactos deste novo cenário mundial sobre a população negra no geral, o que incide sobre os jovens negros de baixa renda do Brasil.

## **Desigualdade social e a população negra no contexto da pandemia**

Segundo Martins (2012), a população negra lida com o fato de que a sociedade brasileira acabou definindo o “lugar” do negro no mercado de trabalho. Dessa forma, jovens negros passam a ser vistos na desocupação, na informalidade e assumindo funções subalternas.

Parece-me evidente, portanto, que as desigualdades do negro no mercado de trabalho brasileiro estão correlacionadas com as crescentes estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital, ou seja, com a busca cada vez mais intensa de valorização do capital e extração de mais valia. Contudo, se entrelaçam os elementos raciais que, a partir da dinâmica das relações sociais do capitalismo brasileiro, vão evidenciando os mecanismos que constroem e reconstróem — embora de forma velada e sob a égide da democracia racial — os elementos constitutivos da discriminação e da desigualdade racial no Brasil (MARTINS, 2012, p.458).

Para La Fare, Machado e Carvalho (2014) a vulnerabilidade se relaciona com as desigualdades socioeconômicas, com o nível educacional, com o desemprego, com o saneamento básico e com as condições insalubres de trabalho. Em um país como o Brasil, essas questões se apresentam articuladas com índices de criminalidade e violência. A desigualdade social, segundo Melsert e Bock (2015), é um aspecto da realidade brasileira de ampla relevância para as áreas da educação e da psicologia que buscam analisar a construção histórica da desigualdade para compreender a existência de camadas ricas e pobres.

A estratificação social promove a desigualdade e a divisão que ocorre em relação à oportunidade de trabalho, cultura/lazer, acesso aos meios de informação, à educação, ao gênero, à religião, à economia, dentre outros. Desse modo, esses elementos não podem ser compreendidos de forma isolada, pois um influencia o outro, existindo assim, diferentes tipos de desigualdade (PEREIRA, 2015).

No que se refere à democratização do acesso a oportunidades, Lemos (2017) mostra que o racismo continua profundamente marcando as relações humanas e intensificando as desigualdades entre negros e brancos no acesso a bens simbólicos e materiais. Conforme explana Madeira e Gomes (2018), a população negra tem sido descriminalizada desde a escravidão para satisfazer os interesses econômicos da elite. Assim, se alastra discursos preconceituosos

para desqualificar o negro, associados a julgamentos de inferioridade, como, por exemplo, o reforço da imagem pejorativa do negro como acomodado, que se conforma com a sua condição de vida e de “vítima”.

Logo, Catão (2020) afirma que a pobreza viola os direitos fundamentais dos seres humanos, sendo que durante a pandemia as pessoas que não possuem acesso à educação, moradia e saúde são as que apresentam maior vulnerabilidade diante do vírus. Esses indivíduos, portanto, não são capazes de exercer plenamente os seus direitos civis e possuem acesso limitado às oportunidades de ingressarem em instituições públicas, por exemplo.

De acordo com Goes, Ramos e Ferreira (2020), no contexto da pandemia do coronavírus, países que apresentam desigualdades profundas têm enfrentado muitos desafios, sendo que, no caso do Brasil, negros e negras sofrem com maior intensidade os impactos da pandemia e os resultados negativos da crise. Isso ocorre, pois estes grupos possuem menos acesso aos serviços de saúde e convivem com a ausência do Estado em suas localidades.

Ademais, para os autores, há uma maior incidência de doenças crônicas entre a população negra, resultado da vulnerabilidade social e econômica que acomete este grupo. Outrossim, os autores afirmam que a pandemia revela que o Brasil é um país desigual e avançou pouco na superação do racismo e, para conter o avanço da pandemia no Brasil, é preciso, primeiramente, enfrentar o racismo e as desigualdades, pois a população negra representa mais da metade da população brasileira.

Além disso, Latgé, Araújo e Silva Junior (2020) mencionam que as comunidades e favelas que já não recebem a devida atenção da administração pública, estão ainda mais vulneráveis diante da pandemia, pois muitos moradores se encontram no trabalho informal e lidam com a ausência de saneamento básico e com a insegurança alimentar, situações que promovem o distanciamento desses grupos a condições necessárias de seguridade social.

Torna-se dramática a constatação de que a chegada da pandemia do novo coronavírus nas favelas e periferias poderá ter efeito devastador. Mesmo que façamos uma defesa intransigente da legitimidade destes territórios na cidade, reconhecemos que as condições de desigualdade vivida por boa parte de seus moradores trazem consequências ameaçadoras a sua existência. Um rápido levantamento das condições ambientais, dos padrões construtivos em favelas já demonstra a quantidade de residentes compartilhando os mesmos cômodos, as habitações com restrições quanto à iluminação e ventilação, o acesso parcial à água potável, entre outros. Outro componente estruturante é a presença majoritária de trabalhadores e trabalhadoras em funções profissionais subalternizadas no mercado, além do elevado número destes em condições de desemprego, subemprego e informalidade. São estes mesmos trabalhadores que não estão tendo opção de permanecer isolados, sob pena de interrupção, talvez, da única fonte de renda (SIMÃO, 2020, p.58).

Dessa forma, Catão (2020) afirma que os indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade estão sujeitos a diferentes formas de exclusão, isolamento ou desigualdade. Por isso, o desrespeito aos princípios dos direitos humanos é um fator que origina discriminações, acarretando a injustiça social que se estabelece quando estes direitos não estão na base das políticas do governo e de instituições internacionais e locais.

## **Os jovens negros no contexto educacional**

No contexto educacional, os jovens negros convivem com diversas adversidades que os levam a baixa expectativa que

Podem estar na internalização da representação do negro como pouco inteligente, “burro”, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, um estereótipo criado para justificar a exclusão no processo produtivo pós-escravidão e ainda na atualidade. A visão dessa representação pode desenvolver também nos alunos não negros preconceitos quanto à capacidade intelectual da população negra, e, nas crianças negras, um sentimento de incapacidade que pode conduzi-las ao desinteresse, à repetência e à evasão escolar (SILVA, 2005, p.26).

Geralmente, quando personagens negros entram nas histórias aparecem vinculados à escravidão. As abordagens naturalizam o sofrimento e reforçam a associação com a dor. As histórias tristes são mantenedoras da marca da condição de inferiorizados pela qual a humanidade negra passou. Cristalizar a imagem do estado de escravo torna-se uma das formas mais eficazes de violência simbólica. Reproduzi-la intensamente marca, numa única referência, toda a população negra, naturalizando-se, assim, uma inferiorização datada. A eficácia dessa mensagem especialmente na formatação brasileira, parece auxiliar no prolongamento de uma dominação social real. O modelo repetido marca a população como perdedora e atrapalha uma ampliação dos papéis sociais pela proximidade com essa caracterização, que embrulha noções de atraso (LIMA, 2005, p.102).

Nesse sentido, para Munanga e Gomes (2006), quanto mais a sociedade, a escola e o poder público negam a existência do racismo no Brasil, mais ele se dissemina invadindo as subjetividades e as condições sociais e educacionais dos negros (MUNANGA; GOMES 2006). Aliás, para os autores, as discriminações provenientes do racismo institucional fazem com que haja o isolamento de crianças e adolescentes negros nas escolas, por exemplo.

Com relação a esta desigualdade no sistema educacional brasileiro, cabe destacar que a pandemia tem impactado a vida escolar de crianças e adolescentes negros de baixa renda após a adoção do ensino à distância como medida de prevenção, já que aulas presenciais foram suspensas nas instituições de ensino do país. Leite e Nunes (2007) já apontaram em estudo anterior que os jovens com maior nível de instrução são os mais aptos a terem acesso ao computador, enquanto jovens com menor grau de instrução são os que sofrem com a exclusão, pois não dominam o uso da informática.

No que se refere à educação das crianças e dos jovens, Lopes *et al.* (2008) mencionam que somente com a Constituição Brasileira de 1988, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº. 8069/90) e com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989 (ratificada pelo Brasil em 24/09/1990) que se instaurou no Brasil uma nova concepção dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes como sujeitos que possuem direitos e apresentam condições específicas para o seu desenvolvimento. Dessa forma, é assegurado o interesse superior da criança e do adolescente. Lopes *et al.* (2008) afirmam que a escola pública democrática ainda é uma busca no Brasil, sendo idealizada pelos alunos, pelos professores, pela direção e pela comunidade que vê a escola como um local de referência. De acordo com os autores, os jovens pobres no Brasil, em seu cotidiano, lidam com diversas situações as quais seus direitos fundamentais em exercer a cidadania são violados, como o direito à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à convivência familiar, dentre outros.

É necessário, desenvolver ações que ajudem grupos sociais que estão em situação de vulnerabilidade: pessoas em situação de rua, mulheres chefes de famílias monoparentais, sem-terra, sem-teto, operários sem emprego, idosos sem recursos, adolescentes e jovens negros pobres, por exemplo (LOPES *et al.*, 2008). Para estes autores, os jovens negros além de conviverem com o racismo em diferentes espaços sociais, convivem com a violência que tem

se tornado constante e banalizada, pois acontece com frequência envolvendo adolescentes e jovens no Brasil. Ainda nesse sentido, essas práticas de violência culturalmente aceitáveis, vivenciadas por jovens negros no Brasil, demonstram um viés de classe social relacionada, de maneira estigmatizada, com a periculosidade.

O ambiente escolar, tal como microcosmo da sociedade brasileira, apresenta mecanismos racistas e sexistas que se conformam para a exclusão ou o atraso escolar dos jovens do sistema educacional desde a mais tenra idade. Estudos qualitativos identificam a ocorrência de discriminação e preconceito racial nas relações intracomunidade escolar, tanto entre pares (alunos e alunos) quanto na relação hierárquica entre professores e alunos, e mesmo da direção escolar (VALVERDE; STOCCO, 2009, p. 914).

Valverde e Stocco (2009) mostram que no período compreendido entre a década de 1990 e os primeiros anos do século XXI, o Brasil alcançou melhores resultados na educação no ensino fundamental. Apesar disso, é curioso observar que ainda permanecem diferenças entre brancos e negros na escola, sendo que não há um indicador educacional que mostre uma inversão de posições, com os negros à frente dos brancos.

No que se refere ao contexto escolar, os autores afirmam que é preciso identificar, compreender e reconhecer os processos sociais racializados que promovem as desigualdades educacionais. Cabe ressaltar ainda que crianças e jovens negros convivem com a frequente invisibilidade nos livros didáticos, ou quando há figuras de pessoas negras nestes materiais, por vezes, estão associadas à escravidão, o que remete à dor e ao sofrimento, fazendo com que as crianças e jovens negros se veem de forma negativa (VALVERDE; STOCCO, 2009).

No Brasil se estabelece uma cultura de negação de práticas racistas nas escolas que atribuem o fracasso escolar das crianças e jovens negros, de maneira exclusiva, à desestrutura familiar e à necessidade precoce de se inserirem no mercado de trabalho, desconsiderando que a questão da discriminação racial está presente em suas trajetórias (VALVERDE; STOCCO, 2009).

No ensino médio, a distorção idade-série é ainda mais elevada do que a identificada no ensino fundamental, sendo importante, para a compreensão desse fenômeno, além das variáveis racial e institucional, recorrer-se aos estudos sobre juventude. Paralelamente às experiências escolares, os jovens vivenciam espaços bastante heterogêneos de socialização – a rua, a família, a igreja, os grupos culturais, os grupos de amigos. Em meio ao surgimento de indagações e descobertas sobre as mais diversas experiências – tais como sexualidade, drogas, violência, desemprego e emprego, vestibular –, a escola vai perdendo o seu lugar de exclusividade na vida dos/as jovens. Assim, o distanciamento entre a cultura escolar e a cultura juvenil gera tensões que, por vezes, resultam na repetência, no abandono, na evasão e até na violência na escola (VALVERDE; STOCCO, 2009, p. 916).

A lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). A seção II, do capítulo I, do artigo 7 do Estatuto menciona que o jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada.

No inciso § 1º, do artigo 8, da mesma seção, é assegurado aos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública o acesso ao ensino superior nas instituições públicas através de políticas afirmativas. No artigo 13º, o Estatuto afirma que as escolas e as universidades deverão formular e implantar medidas de democratização do acesso e permanência, inclusive programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os jovens estudan-

tes.

O sistema educacional, para Pochmann (2013), se apresenta de maneira recente. Antes do estabelecimento da sociedade urbana e industrial, a educação não existia para as camadas populares. Somente as famílias aristocráticas tinham condições de contratar tutores para os filhos.

Boneti (2013) mostra que muito se discute sobre as diferenças étnicas, culturais e sociais no ambiente escolar, revelando a necessidade de a escola se adaptar a essa realidade. No entanto, ao considerar os conflitos que permeiam o espaço escolar, pode-se perceber que essas questões não estão resolvidas, apresentando dificuldades para a efetivação. Para o autor, com o aparecimento de novos processos sociais ocorridos mundialmente, passaram a ser discutidas as desigualdades e as diferenças sociais na educação, principalmente na última década do século XX, onde estas desigualdades e diferenças chegam na escola de maneira forçada. Esta questão é contraditória, o que explica a incapacidade da escola em lidar com estas divergências.

Relacionado a isso, Araújo (2014) explica que a expansão do ensino público, no Brasil, se dá a partir da segunda metade do século 20, constituída pela industrialização e pela urbanização, o que levou a mudanças sociais e políticas no Brasil. Uma das mudanças foi a prioridade do Estado pela Educação, que até então era privilégio de poucos. A grande maioria da população pobre, principalmente negros e indígenas, era excluída do acesso ao ensino formal.

É notório que as desigualdades que permeiam o sistema educacional brasileiro atingem todos os sujeitos pobres e carentes de instrução, no entanto com maior intensidade os negros. Percebe-se que se garantiu o acesso, mas que a qualidade da educação oferecida pouco contribui para tirá-los do lugar subalternos a que foram condicionados, tampouco para a melhoria na sua qualidade de vida. A impressão que se fica é que, a cada dia que passa, a qualidade do ensino público brasileiro está cada vez mais precária, principalmente após o processo de democratização e universalização. E, como sempre, são as pessoas pobres, em sua maioria negra, as mais prejudicadas (ARAÚJO, 2014, p.130).

Corrochano et al. (2008) e Corbucci et al. (2009) *apud* Melsert e Bock (2015) mostram que os jovens mais pobres ingressam mais cedo no mercado de trabalho, ocupando cargos subalternos e, por trabalharem, acabam abandonando os estudos mais cedo em comparação aos jovens de camadas ricas, que se dedicam de maneira exclusiva aos estudos, frequentemente ingressando no ensino superior e ocupando cargos de maior prestígio e de maior qualificação no mercado de trabalho.

Contudo,

A democratização da escolarização, promovida pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada desde a década de 1990 no Brasil, não reduziu significativamente as desigualdades intra e extraescolares e nem eliminou as hierarquias sociais. Avanços importantes foram constatados, como na descentralização das ações educacionais, na reorganização dos recursos orçamentários, na ampliação quantitativa de escolas e vagas, na introdução do piso nacional de remuneração, entre outras. Apesar disso, a trajetória da democratização se revelou muito mais uma expansão quantitativa de matrículas em contextos escolares desiguais e empobrecidos, com trabalhadores desvalorizados como categoria profissional. Portanto, não se construiu uma estrutura para exercer, com igualdade, o direito à educação” (POCHMANN; FERREIRA, 2016, p. 1243).

Desse modo, Pochmann e Ferreira (2016) revelam que ao mesmo tempo em que não se tem uma educação de qualidade, principalmente para os jovens pobres, a geração de empregos de qualidade também é desigual, dificultando a ascensão de jovens de baixa renda no mercado de trabalho. Para Garcia e Yannoulas (2017) foi garantido à população pobre o acesso à educação básica, no entanto, não são oferecidas as condições necessárias para a permanência e para a aprendizagem de qualidade dos jovens pobres. Sendo assim, apenas a matrícula na escola não é suficiente, sendo necessária a efetivação de um ensino de qualidade, o que em tempos de pandemia, é ainda mais precário.

Considerando isso, o contexto da pandemia se torna um agravante na condição social de muitos jovens negros de comunidades pobres e da zona rural, além de dificultar o acesso a aulas *online*, pois muitos residem em locais de difícil acesso ao sinal de *internet* e, até mesmo, não possuem os dispositivos necessários para a realização das aulas.

Com relação à presença de jovens negros nas escolas,

O racismo deve ser compreendido como um sistema de opressão e produção sistemática de discriminações e desigualdades que, baseando-se na crença acerca da existência de raças superiores e inferiores (intelectual, cultural e socialmente), distribui, de modo assimétrico, privilégios e desvantagens. Ao se silenciarem acerca de discriminações raciais, de gênero, de sexualidade, etc., as instituições escolares também contribuem para a perpetuação das desigualdades intra e extraescolares, incidindo, ainda que silenciosa e subrepticiamente, na produção de destinos educacionais e ocupacionais desiguais (JESUS, 2018, p.15).

Ainda se referindo ao racismo,

[...] a responsabilidade pelas situações de miséria e abandono continua recaindo sobre jovens pobres e, em especial, sobre suas mães. Situações que são frutos de desigualdades sociais não superadas são tidas, então, como problemas individuais de alguns sujeitos. Além disso, é possível constatar como o racismo aparece nessas situações, uma vez que a maioria dos jovens que frequentam os serviços e tornam-se alvo das medidas de abrigo e internação psiquiátrica são negros. Em um país marcado por quase 400 anos de escravidão, onde negros e seus movimentos eram criminalizados, as marcas desse período, especialmente sobre os jovens, são catastróficas e ainda presentes (BARBOSA; MIZOGUCHI, 2019, p.32).

Considerando a citação acima, o período da escravidão no Brasil deixou marcas na vida dos jovens pobres de diferentes formas, no entanto, situações adversas enfrentadas por estes jovens são entendidas como um problema individual e não como um problema coletivo. O período de quarentena durante a pandemia e o estresse gerado pelo distanciamento social podem gerar impactos emocionais a alunos e professores. Com relação às perspectivas para o combate às desigualdades pós-pandemia, os autores afirmam que as escolas vão se deparar com novos desafios que somente serão enfrentados se houver apoio das áreas de saúde e de assistência social, por exemplo (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020). Ademais, para Santos et al. (2020), ações comunitárias podem ajudar famílias necessitadas na alimentação, na melhoria das condições de moradia, de higiene e de saneamento básico, além da garantia de acesso à educação e a informações pela *internet*. Essas ações podem auxiliar a população pobre a ter acessibilidade aos serviços de saúde.



## Considerações Finais

Com relação ao que foi mencionado, a pandemia do coronavírus tem afetado principalmente a população negra de baixa renda do país e evidenciado a desigualdade para a juventude brasileira. Desse modo, os jovens negros, especificamente, sofrem com a discriminação racial no contexto escolar e, diante do atual cenário, enfrentam dificuldades para estudar no período de quarentena, já que possuem acesso limitado a direitos fundamentais e, muitas vezes, necessitam ocupar funções informais para manter condições básicas de sobrevivência. Cabe ressaltar que estes problemas já se estabelecem no cotidiano destes jovens, no que tange ao contexto educacional, porém, a pandemia apenas reflete as desigualdades educacional e racial já existente para este grupo no Brasil.

Nesse sentido, novos desafios são impostos à sociedade e ao governo para a promoção de políticas públicas que viabilizem condições de atenuar as barreiras como o oferecimento de uma educação de qualidade e a ajuda aos desempregados durante este período. Além disso, a pandemia reflete a desigualdade no país, sendo que, em momentos de crise, as camadas populares são as mais afetadas em diferentes segmentos, por lidarem com a falta de recursos e de oportunidades, o que com a pandemia se torna complexo principalmente para os jovens negros.

Diante do que foi mencionado, é importante considerar novas pesquisas que envolvam o enfrentamento de outros grupos vulneráveis socialmente diante da Covid-19. Como pôde ser visto, estes grupos são os mais impactados com a chegada de um vírus que revela que no Brasil diversas ações devem ser tomadas para atenuar a desigualdade social.

Outros estudos podem ser feitos, por meio de entrevistas com jovens negros, após a pandemia, no intento de conhecer as principais dificuldades que enfrentaram durante este período, como as dificuldades de acesso à internet e a materiais de estudo. É importante, sobretudo, discutir se houve mudanças na renda de suas famílias e de que forma esta situação alterou a vida destes jovens, observando se eles tiveram que abandonar os estudos para ajudar na renda da família.

## Referências

ARAÚJO, J.A. Educação e Desigualdade: A Conjuntura Atual do Ensino Público no Brasil. **Revista Direitos Humanos e Democracia**. Editora Unijui. v.2. n.3, p. 125-157, jan.-jun.2014. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/2523>. Acesso em: 3 jul. 2020.

BARBOSA, M.C.; MIZOGUCHI, D.H. Institucionalização da juventude pobre no Brasil: questões históricas, problemas atuais. **Revista Desidades**, v.7, n.23, p. 24-35, abr.-jun.2019. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S231892822019000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S231892822019000200003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 3 jul. 2020.

BONETI, L. W. O debate sobre as desigualdades e diferenças sociais na educação no Brasil: significados e contradições. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v.31, n.1, p.261-282, jan.-abr.2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/25939>. Acesso em: 3 jul. 2020.

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm). Acesso em: 13 ago. 2020.

CATÃO, M. A COVID-19 no Brasil e os grupos socialmente vulneráveis: do reconhecimento de necessidades à institucionalização de direitos. **Scientific Electronic Library Online**. p.1-16, 2020. Disponível em: [https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/508/641?utm\\_source=dlvr.it&utm\\_medium=facebook](https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/508/641?utm_source=dlvr.it&utm_medium=facebook). Acesso em: 28 jul. 2020.

GARCIA, A. V.; YANNOULAS, S. C. Educação, pobreza e desigualdade social. **Revista Em Aberto**, v.30, n.99, p.21-41, maio-ago.2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31212>. Acesso em: 28 jul. 2020.

GOES, E. F.; RAMOS, D.O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.18, n.3, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-77462020000300301](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462020000300301). Acesso em: 28 jul. 2020.

JESUS, R. S. et al. Os desafios do governo brasileiro para o enfrentamento da pandemia do coronavírus. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, v.25, n.51, p.31-55, jul-out.2020. Disponível em: [revista.unisuam.edu.br](http://revista.unisuam.edu.br). Acesso em: 28 jul. 2020.

JESUS, R. E. Mecanismos eficientes na produção do fracasso escolar de jovens negros: estereótipos, silenciamento e invisibilização. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.34, p.1-18, 2018. Disponível em: <https://www.periodicosdeminas.ufmg.br/periodicos/educacao-em-revista/>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LA FARE, M.; MACHADO, F. V.; CARVALHO, I. C. M. Breve revisão sobre regulação da ética em pesquisa: subsídios para pensar a pesquisa em educação no Brasil. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 247-283, jan-jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LATGÉ, P. K.; ARAÚJO, D. N.; SILVA JUNIOR, A. G. Comunicação, educação e vigilância popular em saúde em tempos de COVID-19: a experiência das comunidades de Niterói, RJ. **Atenção Primária à Saúde em Revista – APS –**, vol. 2, n. 2, p. 122-127, jun., 2020. Disponível em: <https://apsemrevista.org/aps/article/view/110>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LEITE, A. M.; NUNES, M. F. Juventudes e Inclusão Digital: reflexões sobre acesso e uso do computador e da internet pelos jovens. In: ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. (Orgs.). **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco, 2007, p. 197-226. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=50430>. Acesso em: 28 jul. 2020.

LEMOS, I. B. Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, p. 1-25, 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782017000400226&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782017000400226&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 28 jul. 2020.

LIMA, H. P. Personagens negros: Um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

LOPES, R. E. et al. Juventude pobre, violência e cidadania. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.17, n.3, p.63-76, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000300008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000300008&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 28 jul. 2020.

MADEIRA, Z.; GOMES, D. D. O. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. **Revista de Serviço Social Soc.**, São Paulo, n.133, p. 463-479, set.-dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n133/0101-6628-ssoc-133-0463.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, T. C. S. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.111, p.450-467, jul.-set.2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000300004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000300004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 28 jul. 2020.

MELSERT, A. L. M.; BOCK, A. M. B. Dimensão subjetiva da desigualdade social: estudo de projetos de futuro de jovens ricos e pobres. **Educação e Pesquisa**. São Paulo (SP), v. 41, n. 3, p. 773-790, jul-set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v41n3/1517-9702-ep-41-3-0773.pdf> . Acesso em: 28 jul. 2020.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de Hoje**. Coleção Para Entender. São Paulo: Global, 2006.

PEREIRA, O. A. V. **Desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil**: O caso do ensino superior. Juiz de Fora: UFJF, 2015. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Doutorado, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, 2015.

POCHMANN, M. Desafios do desenvolvimento brasileiro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 705-722, jul.-set, 2013. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 28 jul. 2020.

POCHMANN, M.; FERREIRA, E. B. Escolarização de jovens e igualdade no exercício do direito à educação no Brasil: embates do início do século XXI. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 137, p.1241-1267, out-dez, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v37n137/1678-4626-es-37-137-01241.pdf>. Acesso em 28 jul. 2020.

SANTOS, M. P. A. et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estudos Avançados**, v.34, n.99, 2020. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142020000200225](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142020000200225). Acesso em: 28 jul. 2020.

SILVA, A. C. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SIMÃO, M. P. Como as favelas nos ajudam a pensar a cidade após a pandemia do coronavírus? **Revista Tamoios**. São Gonçalo (RJ), v.16, n.1, Especial COVID-19, p.50-62, maio 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/341366540\\_COMO\\_AS\\_FAVELAS\\_NOS\\_AJUDAM\\_A\\_PENSAR\\_A\\_CIDADE\\_APOS\\_A\\_PANDEMIA\\_DO\\_CORONAVIRUS](https://www.researchgate.net/publication/341366540_COMO_AS_FAVELAS_NOS_AJUDAM_A_PENSAR_A_CIDADE_APOS_A_PANDEMIA_DO_CORONAVIRUS). Acesso em: 28 jul. 2020.

SOUZA, C. T. V. et al. Cuidar em tempos da COVID-19: lições aprendidas entre a ciência e a sociedade. **Cadernos de Saúde Pública (CSP)**, v.36, n.6, p.1-7, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2020.v36n6/e00115020/pt>. Acesso em: 24 jun. 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **O retorno às aulas presenciais no contexto da pandemia da covid-19**. BRASIL, 2020. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2020/05/todos-pela-educacao.pdf> >Acesso em: 3 de julho de 2020.

VALVERDE, D. O.; STOCCO, L. Notas para a interpretação das desigualdades raciais na Educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.3, p.909-920. set-dez, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0104026X2009000300019&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104026X2009000300019&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 28 jul. 2020.

WELLER, V.; SILVEIRA; M. Ações afirmativas no sistema educacional: trajetórias de jovens negras da universidade de Brasília. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.3, p.931-947, set-dez, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000300013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2008000300013&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 28 jul. 2020.

Recebido em: 06 de outubro de 2020.

Aceito em: 07 de março de 2022.